

**BRECHAS PARA A EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE NO DOCUMENTO  
CURRICULAR DE SANTO ANDRÉ/SP**

**GAPS IN SEX EDUCATION IN THE CURRICULUM DOCUMENT OF SANTO  
ANDRÉ/SP**


Recebido em: 11/02/2026

Aceito em: 18/02/2026

Publicado em: 29/03/2026

Julia Timotheo Leão<sup>1</sup> 

Centro Universitário Estácio de Santo André

Virgínia Laís de Souza<sup>2</sup> 

Centro Universitário Estácio de Santo André

**Resumo:** Esta pesquisa consistiu em analisar o Documento Curricular da Rede Municipal de Ensino de Santo André (2019) no que diz respeito à orientação para o trabalho de Educação em Sexualidade (ES) com crianças do Ensino Fundamental (do 1º ao 5º ano) da rede pública. Tínhamos como principal problema o ocultamento de gênero e sexualidade nos materiais oficiais do município, o que também se percebia em nível federal — com a Base Nacional Comum Curricular (2017). A principal hipótese da pesquisa era que o caminho para que algumas temáticas fizessem parte da escola passaria pela Educação em Sexualidade Informal (Figueiró, 2017), aproveitando situações do cotidiano escolar e manifestações das/os discentes. Como resultado, destacamos que, mesmo o Documento Curricular não abordando determinados termos explicitamente, é possível encontrar brechas em alguns componentes curriculares, principalmente Geografia e História, pois se utilizam de palavras como diversidade, diferença, identidade, comunidade e respeito, essenciais aos debates de ES.

**Palavras-chave:** Documento Curricular; Santo André; Educação em Sexualidade; Educação em Sexualidade Informal.

**Abstract:** This research project analyzed the Curriculum Document of the Municipal Education Network of Santo André (2019) regarding guidelines for Sex Education (SE) work with children in elementary school (grades 1-5) in the public school system. Our main problem was the concealment of gender and sexuality in the municipality's official materials, a situation also observed at the federal level, with the National Common Curriculum Base (2017). The main hypothesis of the research was that some of these themes would be incorporated into the school curriculum through Informal Sex Education (Figueiró, 2017), leveraging everyday school situations and students' expressions. As a result, we highlight that even though the Curriculum Document does not explicitly address certain terms, it is possible to find gaps in some curricular components, mainly Geography and History, since they use words such as diversity, difference, identity, community, and respect, which are essential for discussions in Sex Education.

**Keywords:** Curriculum Document; Santo André; Sex Education; Informal Sex Education.

## INTRODUÇÃO

O artigo é resultado de uma pesquisa de Iniciação Científica (I.C.), realizada entre 2023 e 2024, e teve como foco de investigação o Documento Curricular da Rede Municipal de Ensino de Santo André (2019) e as orientações curriculares sobre Educação em Sexualidade (ES) para

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Estácio de Santo André. Brasil, São Paulo, Santo André. E-mail: juliatimotheo102@gmail.com

<sup>2</sup> Pesquisadora. Docente da Graduação em Pedagogia do Centro Universitário Estácio de Santo André (2018-2025). Brasil, São Paulo, Santo André. E-mail: virginia\_lais@yahoo.com.br



as escolas públicas municipais de Ensino Fundamental (do 1º ao 5º ano). A primeira versão da pesquisa foi apresentada em um congresso<sup>3</sup> e, a partir das discussões, construímos este artigo.

O Documento Curricular foi elaborado a partir de debates envolvendo docentes da rede municipal, entre 2017 e 2018, e a homologação do documento ocorreu em 2019. Ele está organizado em três volumes: o Volume I trata das concepções de educação e de avaliação; o II contém diretrizes pedagógicas para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental; e o III discute a Educação de Jovens e Adultos.

Após a leitura do Volume I e das diretrizes pedagógicas do Volume II, examinamos a etapa do Ensino Fundamental e as áreas de conhecimento: Linguagens (Arte, Educação Física Escolar<sup>4</sup> e Língua Portuguesa), Matemática (Matemática), Ciências da Natureza (Ciências) e Ciências Humanas (Geografia e História). Nosso intuito era analisar a existência de orientações para o trabalho didático na rede municipal no que concerne à diversidade, sexualidade e gênero e o quanto/se foram construídas a partir de documentos anteriores, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Sobre a metodologia, realizamos uma pesquisa qualitativa utilizando como materiais de estudo legislação, documentos orientadores para a escola pública, além de fontes bibliográficas sobre gênero e educação. Entre os principais resultados, ressaltamos que as orientações educacionais, em diferentes instâncias, têm camuflado temáticas relacionadas à ES. Entretanto, há que se reconhecer “brechas” em componentes curriculares que utilizam palavras como diferença, identidade, comunidade e respeito - essenciais ao debate sobre diversidade - e que ajudam a legitimar o trabalho didático que considera, de fato, todas as crianças e suas singularidades.

## **EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE E OS DOCUMENTOS ORIENTADORES**

Em uma revisão de literatura feita por Furlanetto *et al.* (2018), contendo artigos de 2010 a 2016, as atividades relacionadas à sexualidade eram realizadas, principalmente, por profissionais externos ao ambiente escolar (como enfermeiras/os), com foco em questões de saúde e na prevenção de gravidez, e apenas para crianças e adolescentes dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (Furlanetto *et al.*, 2018).

---

<sup>3</sup> O X Congresso Nacional de Educação (CONEDU) aconteceu em setembro de 2024. Nossa apresentação ocorreu na modalidade Comunicação Oral, no GT 07 - Gênero, sexualidade e educação.

<sup>4</sup> O Documento de Santo André utiliza Educação Física Escolar, enquanto a BNCC fala em Educação Física.

A partir disso, podemos afirmar que há muitas lacunas no trabalho com Educação em Sexualidade (ES) nas escolas, seja pela baixa assertividade nas orientações curriculares, que acaba por camuflar a ES dos documentos oficiais (Cassiano; Zimmermann, 2023), o conservadorismo ou o receio das famílias sobre o que será ensinado. Há, ainda, a recusa no próprio ambiente escolar, por parte da gestão e das/os docentes, que encontram dificuldades com as pressões sociais e “[...] uma tendência a não tratar de temas mais sensíveis e que podem estar diretamente ligados a valores e crenças pessoais” (Gama; Anastácio; Miranda, 2022, p. 138).

Entretanto, é importante reforçar que, mesmo que se recuse a falar sobre sexualidade, o tema está presente no cotidiano escolar (Figueiró, 2020). Podemos constatar em crianças pequenas, com a exploração do próprio corpo ou observando o corpo das outras, que a presença da sexualidade em sala de aula independe da disponibilidade da/o educadora/r em discutir o assunto ou mesmo do quanto a escola demonstra estar aberta a tais debates, pois as/os alunas/os, de forma mais ou menos explícita, trazem o tema em suas falas, questionamentos, comentários e ações. Ao optar pelo silenciamento (ou ao não reconhecer como possibilidade de ES os acontecimentos cotidianos), a/o docente atua na manutenção da lógica repressora ou heteronormativa, dificultando que corporeidades dissidentes existam na escola.

Fortemente “atravessado” por escolhas morais e religiosas, o tratamento da sexualidade nas salas de aula geralmente mobiliza uma série de dualismos: saudável/doentio, normal/anormal (ou desviante), heterossexual/homossexual, próprio/impróprio, benéfico/nocivo etc. (...) O modelo “normal” é a família nuclear constituída por um casal heterossexual e seus filhos (Louro, 2014, p. 137).

Foi considerando essas fragilidades no trabalho com ES que iniciamos nossa pesquisa buscando, nos documentos educacionais municipais, referências ao trabalho sobre sexualidade e gênero no Ensino Fundamental do primeiro ao quinto ano. Não nos surpreendeu o fato do Documento Curricular da Rede Municipal de Ensino de Santo André (2019) negligenciar determinados conteúdos relacionados a questões de sexualidade, já que, nas últimas décadas, tivemos debates públicos acalorados sobre o assunto e a dificuldade de sua inserção no currículo escolar – não sendo um problema apenas da Educação em nosso município:

Cabe uma reflexão a respeito da própria BNCC, como o lugar de estabelecimento de um discurso que se tem mostrado vazio e ineficiente, pois nas vivências curriculares suas afirmações têm continuado invisíveis. [...] Infelizmente, a escola, que deveria ser o espaço, por excelência, da convivência com as diferenças, muitas vezes se despe da empatia e do diálogo e se vale do silenciamento de vozes que, por nunca serem ouvidas, não mais se manifestam (Accordi; Accordi, 2025, p. 9-10).



A Base Nacional Comum Curricular (2017) apresenta uma abordagem bastante distinta para a Educação em Sexualidade se compararmos com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), por exemplo. Neste, tínhamos um documento voltado para direcionar o trabalho das instituições de ensino e das/os educadoras/es sobre o assunto. Criados 20 anos antes da BNCC (2017), os PCNs traziam discussões que já eram levantadas desde a década de 1960 - e que estavam ainda fortes em 1990 - a respeito da urgência em se falar de forma ampla e assertiva sobre sexualidade no meio escolar. Para o Ensino Fundamental, tínhamos os Temas Transversais e um livro chamado Orientação Sexual nos PCNs (1997), que, após apresentar justificativas para abordar a sexualidade nas escolas, como o crescimento da gravidez na adolescência e o risco de contaminação pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV) (Altmann, 2001), nos lembrava que a sexualidade é um aspecto natural do ser humano e presente em nossas vidas desde a infância. Além disso, afirmava que essa discussão já não caberia apenas à família, indicando o papel da escola como espaço privilegiado para crítica e debate entre crianças, adolescentes e adultos.

No livro de Orientação Sexual era defendido um trabalho pedagógico e coletivo, não podendo ser confundido com um aconselhamento terapêutico ou individual. Isso significava a escola levantando questionamentos e problematizando crenças, mas garantindo a reflexão de cada discente e o direito à privacidade. Um dos exemplos citados no livro é de uma discussão sobre virgindade em um grupo de adolescentes:

abordam-se todos os aspectos e opiniões sobre o tema, seu significado para meninos e meninas, pesquisam-se suas implicações em diferentes culturas, sua conotação em diferentes momentos históricos e os valores atribuídos por distintos grupos sociais contemporâneos. Após essa discussão é uma opção pessoal do aluno tirar (ou não) uma conclusão sobre o tema virgindade naquele momento, não sendo necessário explicitá-la para o grupo. Já no espaço doméstico o mesmo tema, quando abordado, suscita expectativas e ansiedades dos pais, questões muito diferentes das discutidas em sala de aula (Brasil, 1997, p. 122).

O trabalho de educação em sexualidade deveria ocorrer de duas maneiras: “dentro da programação, através de conteúdos transversalizados nas diferentes áreas do currículo, e como extraprogramação, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema” (Altmann, 2001, p. 580). Ainda que seja possível problematizar os PCNs, pois, em alguns trechos, abordam superficialmente as discussões ou excluem minorias sexuais do texto (Santos; Santos, 2019), tínhamos um material de grande relevância para as/os docentes que buscavam conhecimentos e orientações sobre como trabalhar a diversidade em sala de aula.

Cassiavillani e Albrecht (2023) analisaram legislações e documentos do período de janeiro de 1990 a janeiro de 2019 em busca de orientações para o trabalho de Educação em Sexualidade nas escolas brasileiras. As autoras ressaltam que o levante do conservadorismo no Brasil pode ser percebido, por exemplo, nos impactos para a BNCC – como a retirada de *gênero* e *orientação sexual* do texto:

os polêmicos termos foram totalmente suprimidos. Há apenas dois pontos no documento de 595 páginas que abrem algum espaço para atividades de Educação Sexual. O primeiro deles, numa perspectiva predominantemente biológica, quando trata das habilidades a serem trabalhadas nas aulas de Ciências do oitavo ano do Ensino Fundamental [...] O segundo, na disciplina de História, no nono ano (Cassiavillani; Albrecht, 2023, p. 17).

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) também era mais explícito e incisivo ao falar de temas como corpo e sexualidade, especialmente no segundo livro.

o documento traz a questão da construção da identidade e da autonomia, que dependem de diversos elementos, dentre eles a expressão da sexualidade. Quanto à esta, ele explica suas manifestações e contextos, diferenciando-os para as crianças entre zero e três e quatro e seis anos. Assim, percebe-se que a sexualidade é aqui considerada aspecto importante para a formação das crianças (Cassiavillani; Albrecht, 2023, p. 10).

## **DOCUMENTO CURRICULAR MUNICIPAL**

O Documento Curricular da Rede Municipal de Ensino de Santo André (2019) foi elaborado a partir de debates envolvendo docentes da rede municipal, entre 2017 e 2018, e a homologação do documento ocorreu em 2019. Ele está organizado em três volumes: o Volume I trata das concepções de educação e de avaliação; o II contém diretrizes pedagógicas para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental; e o III discute a Educação de Jovens e Adultos.

Logo no início do Volume I temos a afirmação de que não serão apontadas estratégias de trabalho para não interferir na autonomia das escolas, além de que se espera a revisão do Documento a cada três anos. Há, ainda, preocupações que o município deve ter para que a Educação e o ensino consigam romper com situações até então naturalizadas e que demonstram a supremacia de um grupo ou cultura (Santo André, 2019, p. 12) – afirmações que, em nossa visão, poderiam justificar um trabalho consistente de ES.

Ao longo da leitura, percebemos que falas das/os próprias/os docentes são recuperadas, além da afirmação da necessidade de garantir uma prática pedagógica consciente – não cabendo qualquer ação aleatória (Santo André, 2019, p. 32). Em diversos momentos, afirma-se que a



realidade do entorno precisa ser observada, de modo que se possa entender, de fato, quem é a comunidade escolar, suas particularidades e características e, então, agir de acordo com essa realidade.

Após a leitura do Volume I e das diretrizes pedagógicas do Volume II, examinamos a etapa do Ensino Fundamental e as áreas de conhecimento: Linguagens (Arte, Educação Física Escolar e Língua Portuguesa), Matemática (Matemática), Ciências da Natureza (Ciências) e Ciências Humanas (Geografia e História). Com o foco nos conteúdos de Educação em sexualidade decidimos dividir o Documento Curricular (2019) em três grupos: i) Arte, Língua Portuguesa e Matemática não abordam gênero ou sexualidade; ii) Educação Física Escolar e Ciências que abordam de maneira explícita; iii) Geografia e História que não tratam de sexualidade e gênero nestes termos, mas que apresentam uma possibilidade interessante de trabalho – que será explorada nas próximas páginas.

A partir deste resultado, detivemo-nos em analisar os conteúdos listados em Educação Física Escolar e em Ciências, pois nosso interesse era compreender o que estava sendo orientado para o trabalho docente no Ensino Fundamental em nossa cidade.

Sobre o primeiro componente curricular, temos a explanação da Educação Física na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), 9.394/1996, que a entende como componente com características próprias e sem se subordinar às outras disciplinas. O Documento ressalta que a área passou por reconceituações, uma vez que já esteve ligada às questões higienistas e de saúde, mas hoje é entendida como cultura corporal, ou seja, não se restringindo ao esporte e à competição, mas pensada a partir do movimento dotado de sentido e significado.

Para contemplar as demandas da contemporaneidade, elencamos como essencial em nosso currículo superar os processos discriminatórios, assim como buscar a diversidade cultural, a justiça social e a naturalização das diferenças para a valorização das culturas minoritárias; com isso, colaborar para a desconstrução da hegemonia dos elementos da cultura dominante, indo ao encontro da perspectiva do currículo cultural (Neira, 2011, *apud* Santo André, 2019, p. 168).

Abaixo, organizamos dois quadros que ilustram o que foi levantado sobre conteúdos relativos à sexualidade e ao gênero na Educação Física Escolar. Neles, é possível perceber que, nos primeiros anos, há preponderância de verbos como compreender, assegurar e problematizar, com foco principalmente em situações envolvendo diversidade e diferença entre as próprias crianças. Já no segundo quadro, temos orientações para que as reflexões sejam aprofundadas a partir da percepção das injustiças e da busca de alternativas para combatê-las.

Quadro 1 – Educação física escolar - 1º e 2º ano.

UNIDADE TEMÁTICA	UNIDADE TEMÁTICA	UNIDADE TEMÁTICA	UNIDADE TEMÁTICA
<b>BRINCADEIRAS E JOGOS</b>	<b>ESPORTES</b>	<b>GINÁSTICAS</b>	<b>DANÇAS</b>
Contribuir para a resolução das problemáticas vividas nas brincadeiras e jogos, reconhecendo e respeitando as diferenças de várias ordens, incluindo aquelas relativas a gênero e às crianças com deficiência.	Compreender a importância da observação das normas e regras dos esportes que asseguram a integridade própria e a das/os demais participantes, bem como o trato respeitoso às/aos colegas, problematizando diferentes preconceitos, com ênfase naqueles relacionados à aparência e/ou ao desempenho corporal.	Participar da ginástica geral, identificando as potencialidades e os limites do corpo, respeitando as diferenças individuais e de desempenho corporal.	Experimentar e fruir diferentes danças do contexto comunitário e regional (rodas cantadas, brincadeiras rítmicas e expressivas) e recriá-las, de forma respeitosa, problematizando diferentes preconceitos, com ênfase nos de aparência e/ou desempenho corporal.

Fonte: elaborado pelas autoras (2026) com base nas normativas da prefeitura de Santo André (2019).

Quadro 2 – Educação física escolar - 3º, 4º e 5º ano.

UNIDADE TEMÁTICA	UNIDADE TEMÁTICA	UNIDADE TEMÁTICA	UNIDADE TEMÁTICA	UNIDADE TEMÁTICA
<b>BRINCADEIRAS E JOGOS</b>	<b>ESPORTES</b>	<b>GINÁSTICAS</b>	<b>LUTAS</b>	<b>DANÇAS</b>
Contribuir para a resolução das problemáticas vividas nas brincadeiras e jogos, reconhecendo e respeitando as diferenças de várias ordens, incluindo aquelas relativas a gênero e às crianças com deficiência.	Contribuir na identificação de situações de injustiça e de preconceito durante a realização da prática esportiva, bem como o trato respeitoso às/aos colegas, problematizando diferentes preconceitos, com ênfase naqueles	Participar das ginásticas, reconhecendo e respeitando diferenças de várias ordens, com ênfase naquelas relacionadas à aparência e/ou ao desempenho corporal.  Participar da identificação de situações de injustiça e	Fruir as diferentes lutas experimentadas em aula, prezando pelo trabalho coletivo e pela inclusão, identificando situações de injustiça e preconceito existentes durante a prática das lutas e participando na proposição	Identificar situações de injustiça e preconceito geradas e/ou presentes no contexto das danças e demais práticas corporais e discutir alternativas para superá-las.

	relacionados à aparência e/ou ao desempenho corporal, gênero e naquelas vivenciadas pelas crianças com deficiência, bem como na proposição de alternativas para sua superação.	preconceito existentes durante a prática da ginástica e na proposição de alternativas para sua superação, com ênfase nas problemáticas de gênero e as vividas pelas crianças com deficiência.	de alternativas para sua superação, com ênfase nas problemáticas vividas pelas crianças com deficiência.	
--	--	---	--	--

**Fonte:** elaborado pelas autoras (2026) com base em normativas da prefeitura de Santo André (2019).

No que diz respeito ao componente curricular Ciências, o Documento destaca que é essencial propor atividades investigativas para a criança ampliar sua curiosidade e sua capacidade de observação e frisa que na escola deve-se fazer Alfabetização Científica:

que a criança seja capaz de refletir, discutir, explicar suas ideias às/aos colegas de classe e ouvi-las/los, para que não se restrinja apenas à observação e manipulação de dados. Faz-se necessário considerar as percepções do outro (docente, colegas e livros) como um exercício de descentralização, sendo também um momento importante quanto à tomada de consciência de uma diversidade de hipóteses acerca do que está sendo discutido (Santo André, 2019, p. 292).

Para organizar os conteúdos, subdivide Ciências em três Unidades Temáticas: Matéria e Energia, Terra e Universo e Vida e Evolução – sendo a última a que explicita as temáticas que são foco do nosso estudo, especialmente nos anos destacados abaixo:

Quadro 3 – Ciências - Vida e evolução.

1º ANO	3º ANO	5º ANO
Localizar, nomear e representar graficamente (por meio de desenhos) partes do corpo humano (cabeça, tronco e membros) e explicar suas funções.  Observar e comparar características físicas entre as pessoas, reconhecendo a diversidade e a importância da valorização, do acolhimento e do respeito às diferenças.	Descrever as alterações que ocorrem desde o nascimento em animais de diferentes meios (terrestres e aquáticos), inclusive o homem.	Identificar transformações dos sistemas reprodutores feminino e masculino na puberdade.

**Fonte:** elaborado pelas autoras (2026) com base em normativas da prefeitura de Santo André (2019).



Nossa expectativa era encontrar, em Ciências, o maior número de objetos de conhecimento e habilidades que aprofundassem a sexualidade e o gênero, uma vez que se trata do componente que costuma abordar o corpo humano. Entretanto, há poucas referências e elas tratam de maneira superficial ou admitem problematização – como o sistema reprodutor no quinto ano, que indica uma abordagem biologizante, mas não sobre sexualidade. Além do exposto, no segundo ano temos conteúdos focados em plantas ou em humanos apenas em relação ao ambiente e à natureza; no quarto ano, há foco em microrganismos e nas doenças causadas por eles.

Tal qual a BNCC (2017), o Documento Curricular do município também camufla termos como sexualidade e gênero. Fala-se em diversidade corporal e em preconceito, mas sempre de maneira genérica. Se comparamos com os PCNs (1997), fica ainda mais destoante, uma vez que o material da década de 1990 abordava a gravidez na adolescência, a prevenção de ISTs, a descoberta do corpo e do prazer. Mesmo nos componentes curriculares em que poderíamos encontrar conteúdos sobre o corpo de modo mais explícito, como é o caso de Ciências e de Educação Física Escolar, gênero e sexualidade são escassos no Documento.

Restava, então, analisar o último grupo (conforme exposto nas páginas anteriores): os componentes que não tratam de sexualidade e gênero nestes termos, mas que apresentam uma possibilidade de trabalho interessante no ambiente escolar. Chamados pelo Documento de Área do Conhecimento: Ciências Humanas, os componentes curriculares Geografia e História, em nossa análise, se mostraram viabilizadores para o trabalho efetivo de Educação em Sexualidade (ES).

ambos os Componentes Curriculares deverão trabalhar com noções de temporalidade, espacialidade, diversidade (na perspectiva dos Direitos Humanos), de interculturalidade e de valorização das diferenças, pois os estudos dos Objetos de Conhecimento específicos das Ciências Humanas necessitam ser apresentados com clareza e criticidade, para que sejam expandidas as possibilidades de aprimoramento das capacidades das crianças de pensarem e compreenderem as diferenças culturais e sociais no seu contexto histórico, em seus territórios e nas diferentes paisagens (Santo André, 2019, p. 306).

Em Geografia, discute-se que a criança precisa aprender a ler o mundo e o espaço, pois estes trazem marcas da vida humana. Ela deve perceber o que há em volta e analisar seu contexto. O Documento (2019) apresenta cinco Unidades Temáticas: O sujeito e seu lugar no mundo; Conexões e escalas; Mundo do trabalho; Formas de representação e pensamento espacial; e Natureza, ambientes e qualidade de vida.

Na Unidade Temática Mundo do trabalho, no primeiro e no quarto ano, são descritas habilidades que dizem respeito à percepção de diferenças e semelhanças nos modos de vida, nas relações de trabalho e nas atividades do cotidiano da comunidade – o que já possibilitaria abordar com as crianças questões de gênero, estereótipo e desigualdade de remuneração no mercado de trabalho.

Sobre O sujeito e seu lugar no mundo, Unidade de Geografia que mais corresponde ao que interessa para nossa pesquisa, temos: “Noções de pertencimento e o trato com as questões identitárias, ampliando experiências com os espaços de maneira lúdica mediante a percepção e compreensão da multiplicidade de relações sociais e étnico-raciais” (2019, p. 310). Algumas habilidades descritas:

Quadro 4 – Geografia - O sujeito e seu lugar no mundo.

2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO
Comparar costumes e tradições de diferentes populações inseridas no bairro ou comunidade em que vive, reconhecendo a importância do respeito às diferenças.	Reconhecer-se como ser único e pertencente a um grupo social, conhecendo, valorizando e respeitando as diferentes manifestações culturais.	Adotar atitudes de respeito pelas diferenças entre as pessoas para o convívio numa sociedade democrática e pluralista.	Adotar atitudes de respeito pelas diferenças entre as pessoas, respeito esse necessário ao convívio numa sociedade democrática e pluralista.  Identificar e perceber as ações dos homens em sociedade e suas consequências nos espaços e épocas.

**Fonte:** elaborado pelas autoras (2026) com base em normativas da prefeitura Santo André (2019).

Por fim, em História, fala-se em trabalhar, com as crianças, a identidade e o pertencimento à comunidade. Há o entendimento da realidade enquanto processos históricos, sociais e culturais e de um tempo que não é apenas linear, mas também social e cultural.

mediante uma concepção sócio-histórico-cultural, é indicado que o ensino de História não seja focado em datas históricas, fatos marcantes ou grandes vultos do passado. Necessário que se difunda um ensino que garanta a percepção das ações do passado que influenciaram e trouxeram consequências ao nosso presente e, talvez ao nosso futuro, situando os Seres Humanos como sujeitos historicamente constituídos, inseridos nos processos históricos e não à margem deles, relegados a meros espectadores (Santo André, 2019, p. 324).

Além disso, o Documento cita o artigo 5º da Constituição Federal (1988) e afirma que a equidade deve ser defendida na escola para que os alunos compreendam a pluralidade de experiências.

pode-se considerar que tudo que cerca a criança, seja material ou imaterial, tornar-se-á importante elemento mediador para a sua compreensão, da passagem do tempo e as influências nos lugares: seu corpo, sua voz, suas crenças e valores que possa utilizar para expressar seus anseios, pontos de vista, sentimentos, ideias e hipóteses que nortearão suas aprendizagens (Santo André, 2019, p. 325).

Diferentemente dos demais componentes curriculares, História apresenta Unidades Temáticas distintas a cada ano. Optamos por reproduzir o quadro na íntegra (Santo André, 2019, p. 327-328) por essa particularidade, mas também porque é possível reconhecer os conteúdos da nossa pesquisa em todos os anos e Unidades.

Na medida que o Documento sugere trabalhar questões como *meu lugar no mundo e meu grupo social*, consideramos que há potencial para que um debate sobre pertencimento e respeito às diferenças aconteça. É possível, por exemplo, abordar a temática a partir de recursos audiovisuais que exploram a sensação de inadequação de uma personagem e deixar que as próprias crianças apresentem situações em que isso ocorre.

Ao falarmos sobre *trabalho e comunidade*, há, certamente, uma variedade de profissões exercidas pelas famílias. As crianças poderiam apresentar as diferenças entre elas, as atividades desenvolvidas em cada função e começar a localizar, temporalmente, as mais antigas e as que surgiram nos últimos anos. Essa análise também pode abranger gênero e estereótipos quando/se falarem sobre profissões supostamente femininas ou masculinas (e os motivos para se pensar dessa maneira).

Quadro 5 – Unidades Temáticas de 1º a 5º ano - Componente Curricular de História.

ANO	UNIDADES TEMÁTICAS	DO QUE TRATA
1º Ano	Mundo pessoal: meu lugar no mundo	Percepção da passagem do tempo a partir da sucessão de fatos pessoais, a organização de família e dos grupos sociais a que pertence e/ou se relaciona.
	Mundo pessoal: eu, meu grupo social e meu tempo	Percepção das relações existentes entre a comunidade local e os grupos sociais a que pertence e/ou se relaciona, ampliando a compreensão, distinguindo o “Eu” do “Outro”, com respeito à diversidade.
ANO	UNIDADES TEMÁTICAS	DO QUE TRATA



<b>2º Ano</b>	A comunidade e seus registros	Valorização da memória tanto afetiva, quanto histórica, mediante documentos e registros materiais e imateriais de sua comunidade, reconhecendo toda a diversidade existente.
	O trabalho e a sustentabilidade na comunidade	Estudo das relações de trabalho, considerando passado e presente, bem como suas relações de progresso e desigualdade com a comunidade local.
<b>ANO</b>	<b>UNIDADES TEMÁTICAS</b>	<b>DO QUE TRATA</b>
<b>3º Ano</b>	As pessoas e os grupos que compõem a cidade e o Município	Ampliação da compreensão do “Eu” e do “Outro”, perante os desafios sociais e o tempo cronológico vivenciado, para refletir a respeito de futuras transformações.
	O lugar em que vive	Estudo e valorização da história do nosso Município, mediante o conhecimento de seus marcos históricos, resgatados tanto pela memória afetiva, quanto histórica.
	A noção de espaço público e privado	Percepção dos aspectos marcantes que diferenciam o espaço público do espaço privado, relacionando-os com a realidade do nosso Município, por meio de atividades de cidadania e cultura.
<b>ANO</b>	<b>UNIDADES TEMÁTICAS</b>	<b>DO QUE TRATA</b>
<b>4º Ano</b>	Transformações e permanências nas trajetórias dos grupos humanos	Conhecimento das mudanças históricas ocorridas em determinada época, mediante as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais.
	Circulação de pessoas, produtos e culturas	Percepção da necessidade econômica da migração de pessoas de uma região para outra, de maneira voluntária ou compulsória, com base na realidade brasileira.
	As questões históricas relativas às migrações	Compreensão dos processos migratórios no período colonial brasileiro e seus impactos na realidade econômica e social da população ao longo da história.
<b>ANO</b>	<b>UNIDADES TEMÁTICAS</b>	<b>DO QUE TRATA</b>
<b>5º Ano</b>	Povos e culturas: meu lugar no mundo e meu grupo social	Compreensão e interpretação acerca de seu pertencimento identitário a um grupo social historicamente construído, bem como considerando as implicações envolvidas no processo histórico da sociedade brasileira, respeitando a diversidade.
	Registros da história: linguagem e culturas	Valorização de todas as tradições culturais do país, da memória dos povos que adentraram o espaço brasileiro ao longo dos períodos imperial e republicano até os tempos atuais.

**Fonte:** Organizado pelas integrantes do Grupo de Trabalho de História (2018) para o Documento Curricular da Rede Municipal de Ensino de Santo André (2019, p. 327-328).



Assim, nos parece que nas 12 Unidades Temáticas de História seria possível englobar conteúdos como gênero, uma vez que se espera perceber as transformações da sociedade ao longo do tempo. O trabalho com ES nas escolas ainda é muito concentrado nas/os docentes de Ciências e Biologia (Furlanetto *et al.*, 2018), porém é importante destacar como outros componentes curriculares são essenciais para o trabalho, principalmente se entendemos a complexidade do assunto e que ele não deve se restringir à perspectiva biológica ou à da saúde.

### **ENCONTRANDO BRECHAS PARA UMA EDUCAÇÃO SEXUAL INFORMAL E EMANCIPATÓRIA NA CIDADE DE SANTO ANDRÉ**

A Educação em Sexualidade (ES) é considerada essencial por pesquisadoras/es, profissionais da educação e famílias, e, desde os anos 1990, vem ganhando espaço em discussões como as promovidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e divulgadas, por exemplo, no documento Orientações Técnicas Internacionais de Educação em Sexualidade: uma abordagem baseada em evidências (2019).

O guia reforça o compromisso com os direitos humanos e que crianças e adolescentes precisam receber informações adequadas para praticar um autocuidado eficaz, respeitar outras pessoas e reconhecer seus próprios direitos. Faz parte de uma educação transformadora empoderar os indivíduos para que tenham escolhas empáticas, o que permite uma convivência saudável e baseada na igualdade de gênero. Alinhada a esta perspectiva, Mary Neide Figueiró (2020) reforça que a ES precisa ser Emancipatória, na medida em que cria espaços para que as crianças vivam a sexualidade de forma feliz e sem culpa, como cidadãs capazes de se posicionar de maneira crítica e atuantes no combate aos preconceitos.

Durante uma entrevista (2017)<sup>5</sup>, Figueiró afirma que a Educação Sexual não se restringe ao que o senso comum geralmente pensa a respeito (o ensino sobre gravidez na adolescência, parto, infecções sexualmente transmissíveis, ou seja, questões relacionadas ao ensino de Biologia e Fisiologia da sexualidade). Para a autora, trata-se de um espaço de conversas sobre corpo, diversidade, relacionamento, família, entre outros assuntos, a serem dialogados para que as crianças e os adolescentes possam opinar e expressar suas dúvidas. Não se trata apenas da aula planejada sobre uma temática, mas das oportunidades que são dadas para que se falem sobre os mais variados tópicos, desde a Educação Infantil, pois as crianças crescem percebendo

---

<sup>5</sup> FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **O que é educação sexual?** 2017. 1 vídeo (13 min). Publicado pelo canal Mary Neide Figueiró. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=l\\_YzXUrL6Ls](https://www.youtube.com/watch?v=l_YzXUrL6Ls). Acesso em: 13 jan. 2026.



que a escola é o espaço para ensinar a pensar, a ouvir, a aprender a respeitar as/os colegas. Com esse entendimento, ela propõe a distinção entre a Educação Sexual Formal e a Informal (2020).

A primeira é aquela com projetos explícitos sobre o tema, os jogos e os livros, intencionalmente concebidos para trabalhar determinados assuntos com as crianças. A Informal é a que temos em situações do cotidiano, a partir de falas, gestos e comportamentos do próprio alunado. Muitas vezes, mesmo os docentes que não têm programadas determinadas situações estão em meio à Educação em Sexualidade Informal. É importante destacar que o silêncio também educa, uma vez que a criança percebe que há assuntos indesejados e que algumas perguntas podem assustar os adultos, por exemplo. Isso significa que o que fazemos (ou não fazemos) em sala de aula interfere na construção da sexualidade de nossas alunas e alunos.

Educação Sexual é sempre existente, pois está presente em nossos universos e em nossos corpos. Sendo assim, essa inseparável dimensão humana é vivenciada no cotidiano da Educação Infantil escolar e nas relações sociais lá estabelecidas, todavia não a partir do diálogo, mas sim no perverso currículo oculto repressor, porque nos cursos ligados à preparação das/os docentes - graduação e também na formação continuada oferecida após ingresso ao cotidiano escolar como professoras/es - na maioria das vezes, desconsideram que em seus conteúdos deveriam estar buscando sensibilizar as/os cursistas sobre a compreensão do que é sexualidade, sendo abordada em espaços formais de educação (Antunes; Melo, 2023, p. 6).

Por currículo oculto, Tomaz Tadeu da Silva (2013) afirma que são os aspectos presentes no ambiente escolar, mas que não estão explicitados no currículo oficial. São valores, comportamentos e posturas desejados para o suposto bom andamento social, que a escola acaba reiterando, sem que os discentes saibam o que está sendo cobrado. No caso da sexualidade, por meio de regras, rituais e normas, o currículo oculto ensina como ser menino e menina, bem como os comportamentos esperados de cada indivíduo. Como afirma Louro (2014),

Se nosso papel como intelectuais é “modesto” (ainda que politicamente significativo) isso implica, também, admitir que não é possível prever e controlar todos os efeitos das práticas sociais. [...] Os saberes que a escola pretende fixar ou os saberes que a escola pretende ocultar podem (e são) contestados, desafiados, confirmados e subvertidos. Dar-se conta desses múltiplos e, por vezes, divergentes espaços educativos é fundamental (Louro, 2014, p. 141).

O quadro de História, retratado anteriormente, nos parece um exemplo do que seria possível realizar ainda que não haja um projeto explícito sobre ES, mas que depende do olhar atento da/o educadora/r. Ao apontar conteúdos sobre relações familiares, comunidade, espaço público e privado, formas de trabalho, desafios sociais, marcos históricos do município,



processos migratórios e transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, percebemos a possibilidade de abordar temáticas como o gênero.

Entendemos que, muitas vezes, não existe um currículo explícito e que a escola e as/os educadoras/es preferem não trabalhar determinados conteúdos de forma direta; todavia, há, ainda assim, espaço para que a ES esteja presente. Ao discutir diferentes profissões e os ambientes em que as encontramos, conseguimos identificar atuações estereotipadas que, culturalmente, foram associadas aos homens ou às mulheres. Ainda caberia discutir as transformações políticas na sociedade brasileira, enfatizando o acesso ao voto e ao direito à candidatura nos séculos XX e XXI.

Provavelmente, para muitas professoras e professores são conteúdos óbvios e garantidos em seus planos de aula. Porém, o fato de gênero, sexualidade, etnia, classe social não serem explicitados no Documento Curricular pode significar a recusa ou o desinteresse em abordar estas temáticas. Mais do que isso, o modo como o Estado conduz a Educação em Sexualidade nas escolas indica “[...] um processo de silenciamento e combate e, até mesmo violência. Professoras e professores que buscam praticá-la precisam lutar contra forças e discursos muito poderosos, o que torna seu trabalho um local de medo e insegurança” (Cassiavillani; Albrecht, 2023, p. 18).

Apesar disso, o que estamos tentando reforçar é que, ainda que não se fale declaradamente aos discentes sobre gênero e sexualidade, é possível que um trabalho de ES, Informal e Emancipatória, seja realizado de forma honesta nas escolas. Não abordar diretamente alguns termos fragiliza o debate, uma vez que não o legitima como *importante o suficiente* para aparecer nas orientações educacionais. Em um estudo sobre as políticas brasileiras de educação do final do século XX, Claudia Vianna (2020) apresentou ambivalências no que concerne ao trabalho com sexualidade e gênero e expôs que, em diversos documentos, há poucas menções explícitas a estas temáticas:

Tanto na Constituição Federal quanto na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), as relações de gênero ficavam subsumidas ao discurso geral sobre direitos e valores. Naquele momento, destacávamos como positiva a referência aos direitos humanos e a abertura para as demandas organizadas nas políticas públicas. Mas também alertávamos para o risco de que a menção ao gênero permanecesse velada com o uso do masculino genérico e na menção universal aos direitos humanos, uma vez que as políticas públicas não mencionavam explicitamente a referência de gênero (Vianna, 2020, p. 77).

Por outro lado, quando um documento fala sobre diversidade, respeito, convivência, ele deixa uma lacuna para que as/os profissionais da Educação possam decidir como ou o que será

trabalhado em sala de aula. Marlucy Paraiso reforça que devemos avaliar “[...] o que um currículo faz em termos de gênero e procurar brechas para discutir o que ele pode fazer [...]” (Paraiso, 2016, p. 211).

Lara Torrada, Paula Ribeiro e Juliana Rizza apresentam como a ES é possível mesmo considerando ambientes conservadores e mecanismos que tentam coibir temáticas de gênero e sexualidade nas escolas. As autoras realizaram entrevistas e grupos de discussão com 18 professoras e 1 professor interessadas/o em abordar os temas em escolas municipais, em um projeto vinculado à Universidade Federal do Rio Grande (Furg) entre 2017 e 2018. Segundo elas:

uma das principais estratégias de resistência foi não utilizar as palavras “gênero” e “sexualidade” ao apresentar as atividades, ou seja, trabalhar com a temática utilizando termos ou assuntos de “maior aceitação” pelas famílias e sociedade, como preconceito, família, respeito e amor (Torrada; Ribeiro; Rizza, 2020, p. 61).

Ninguém se oporia ao combate à violência e à discriminação no ambiente escolar, e são essas brechas que nos possibilitam a inclusão de ES.

Ainda que o momento seja de grande pressão política para que a Educação Sexual, assim como quaisquer questões ligadas à gênero e sexualidade, sejam silenciadas nas escolas brasileiras, existe toda uma teia de documentos normativos, acordos internacionais, manuais, leis e decretos que respaldam e legitimam o trabalho dessa temática nas escolas brasileiras (Cassiavillani; Albrecht, 2023, p. 18).

Precisamos evitar que oportunidades de aprendizagem sejam desperdiçadas, ainda que saibamos das dificuldades enfrentadas nas últimas décadas com a chamada ideologia de gênero<sup>6</sup> (Balieiro, 2018), que causa receio no corpo docente e o desmotiva a investir no assunto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os silenciamentos docentes e as normas implícitas atuam na manutenção de determinados padrões — e a consciência desse funcionamento é o primeiro passo para garantir que a ES ocorra em sala de aula.

É evidente que falta, em nossos documentos educacionais, a menção a determinadas terminologias e o aprofundamento de temáticas que ampliariam o entendimento de diversidade sexual e de gênero para além de binarismos normalizantes e normatizantes. Contudo,

---

<sup>6</sup> Entre 2014 e 2015 tivemos a disseminação da noção de ideologia de gênero apresentada por grupos conservadores e ligados a alguns partidos políticos, fazendo a população relacionar a ES a uma forma de incentivo à homossexualidade e pedofilia, uma doutrinação que seria feita por professoras e professores nos ambientes escolares.



ressaltamos que, independentemente das áreas de conhecimento, dos componentes curriculares e do que está explicitado no Documento Curricular da Rede Municipal de Ensino de Santo André (2019) ou na BNCC (2017), há que se identificar brechas para garantir uma escola que atenda a todas as crianças.

Aguardamos as novas versões do Plano Nacional de Educação, do Plano Municipal de Educação de Santo André e do próprio Documento Curricular com a expectativa de que a Educação em Sexualidade esteja presente explicitamente na escrita, facilitando o trabalho das/os docentes que, infelizmente, ainda encontram empecilhos quando ousam garantir um ambiente respeitoso, acolhedor, inclusivo e diverso nas salas de aula.

## REFERÊNCIAS

ACCORDI, Iury de Almeida; ACCORDI, Andréia Ambrósio. Para além da Base Comum: incorporando diferenças e gênero em quatro dimensões curriculares. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 7, n. 6, nov./dez. 2025. Disponível em: <https://revistas.cceinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/2420>. Acesso em: 06 fev. 2026.

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/PthD6cgdcDC7MMvJw5zxXDr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 06 fev. 2026.

ANTUNES, Leandro; MELO, Sonia Maria Martins de. Reflexões sobre a formação continuada de professoras/es e suas interfaces com a educação sexual no cotidiano da educação infantil. **Dialogia**, n. 43, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/23175>. Acesso em: 06 fev. 2026.

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. Não se meta com meus filhos: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**, n. 53, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653414>. Acesso em: 05 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 06 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, 1997. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/programa-saude-da-escola/semana-saude-na-escola/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12640-parametros-curriculares-nacionais-1o-a-4o-series>. Acesso em: 06 fev. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 06 fev. 2026.



CASSIANO, Fernando Henrique; ZIMMERMANN, Tania. Diálogos acerca das diversidades de gênero e de sexualidades no currículo das escolas públicas. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 5, n. 1, jan./fev. 2023. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/561>. Acesso em: 06 fev. 2026.

CASSIAVILLANI, Thiene Pelosi; ALBRECHT, Mirian Pacheco Silva. Educação sexual: uma análise sobre legislação e documentos oficiais brasileiros em diferentes contextos políticos. **Educação em Revista**, v. 39, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/39794>. Acesso em: 06 fev. 2026.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual no dia a dia**. 2. ed. Londrina: EDUEL, 2020.

FURLANETTO, Milene Fontana et al. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de Pesquisa**, v. 48, n. 168, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/5084>. Acesso em: 06 fev. 2026.

GAMA, Rafaela Cordeiro; ANASTÁCIO, Zelia; MIRANDA, Meiri. Questões de sexualidade e gênero no 1.º ciclo do ensino básico: legitimidade, modalidade e temas. **Contexto & Educação**, v. 37, n. 117, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/12890>. Acesso em: 09 fev. 2026.

LEÃO, Julia Timotheo; SOUZA, Virgínia Laís de. Educação de gênero e sexual em Santo André: um estudo da proposta curricular das escolas públicas do município para o combate das desigualdades. In: **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU)**, 10., 2024, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Editora Realize, 2024. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2024/TRABALHO\\_COMPLETO\\_EV200\\_MD1\\_ID7219\\_TB1156\\_18102024110718.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2024/TRABALHO_COMPLETO_EV200_MD1_ID7219_TB1156_18102024110718.pdf). Acesso em: 06 fev. 2026.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade: uma abordagem baseada em evidências**. 2. ed. Paris: UNESCO, 2019. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000369308>. Acesso em: 05 fev. 2026.

PARAISO, Marluicy Alves. Currículo e relações de gênero: entre o que se ensina e o que se pode aprender. **Revista Linhas**, v. 17, n. 33, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723817332016206>. Acesso em: 06 fev. 2026.

SANTO ANDRÉ (SP). **Documento curricular da rede municipal de ensino de Santo André**. Santo André: Prefeitura Municipal, 2019. Disponível em: <https://portais.santoandre.sp.gov.br/educacao/documento-curricular-andreense/>. Acesso em: 05 fev. 2026.

SANTOS, Cristiano Figueiredo; SANTOS, Rosimeire Martins Regis. Desafios na formação docente em diversidade sexual. **Educação: Teoria e Prática**, v. 29, n. 60, 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/13029>. Acesso em: 05 fev. 2026.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. 4. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

TORRADA, Lara; RIBEIRO, Paula Regina Costa; RIZZA, Juliana Lapa. Estratégias de resistência possibilitando o debate de gênero e sexualidade na escola. **Contexto & Educação**, v. 35, n. 111, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/9088>. Acesso em: 06 fev. 2026.

VIANNA, Claudia. **Políticas de educação, gênero e diversidade sexual: breve história de lutas, danos e resistências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

XAVIER FILHA, Constantina. Educação para a(s) sexualidade(s): carregar água na peneira? **Diversidade e Educação**, v. 5, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/7865>. Acesso em: 06 fev. 2026.